



Vetos e projetos de crédito estão na pauta de hoje do Congresso

Senadores e deputados devem concluir a votação de itens vetados pelo presidente Bolsonaro e, em seguida, analisar 25 textos que liberam recursos extras no Orçamento da União deste ano

O Congresso Nacional deve apreciar hoje vetos presidenciais ao texto da minirreforma partidária e eleitoral, sancionada em setembro, e à proposta que dá preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações em casos de desastres ambientais.

Senadores e deputados já começaram a analisar os vetos ao texto da minirreforma, mantendo a maioria deles, mas ainda há quatro não votados.

Com a análise dos vetos será possível votar 25 pro-

jetos de liberação de crédito para diversos órgãos e unidades da Federação.

Um deles destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de garantir transferências a estados, Distrito Federal e municípios. Os recursos serão destinados, por exemplo, para a adequação de um trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba, no Piauí.

Outro projeto abre crédito de R\$ 5,4 bilhões para a Petrobras Netherlands, subsidiária holandesa da petroleira. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 27/11/2019

O projeto de crédito de maior valor destina R\$ 5,8 bi a ministérios e assegura transferências a estados, municípios e DF

Especialistas defendem arbitragem tributária

Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça, especialistas apresentaram sugestões de

aperfeiçoamento do projeto que institui a arbitragem tributária e regulamenta a execução fiscal administrati-

va para cobrança de dívidas. Para eles, os instrumentos podem desburocratizar e acelerar processos. **3**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Antonio Anastasia comanda audiência sobre projeto que cria a arbitragem tributária e execução fiscal

Projeto muda regulamento disciplinar para PMs e bombeiros

O Plenário do Senado pode votar hoje três projetos. O primeiro acaba com a prisão disciplinar de PMs e bombeiros. O segundo cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. Já o último proíbe a eliminação de cães, gatos e aves por órgãos de controle de zoonoses. **3**

Para Davi, Congresso segue atuando pelo meio ambiente

Em reunião ontem com ativistas brasileiros em Madri, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25), onde representa o Legislativo, o presidente do Senado afirmou que o debate na Casa é pautado pela conciliação e o respeito à lei. **2**

Convidados pedem respeito e presença do Estado em favelas

A Comissão de Direitos Humanos fez audiência ontem e os vários convidados criticaram a ausência do Estado. Para eles, o poder público só

aparece nas favelas com ações autoritárias. Presidente do colegiado, Paulo Paim pediu a reunião sobre a ação da PM em Paraisópolis (SP). **3**

Pedro Franco/Agência Senado



Paulo Paim (2º à dir.) requereu e presidiu a reunião pública interativa

Relatórios de despesas serão analisados hoje **2**

Debatedores cobram políticas de cotas raciais **3**

Economia solidária é defendida em debate na Bahia **3**

Mesmo com menos mortes, brigas de torcidas continuam violentas

Mudança no Estatuto do Torcedor feita em novembro tornou mais rígidas as punições para torcidas organizadas que promoverem tumulto, violência ou invasões. Também pune atos praticados fora dos eventos esportivos e institui novos casos de responsabilização civil das torcidas. **4**



Reprodução/TV Globo

Média histórica de punição no universo do futebol no país é de apenas 3%

Congresso está atento ao meio ambiente, diz Davi

Em reunião com ativistas em Madri, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25), o presidente do Senado afirmou ainda que o debate na Casa é pautado pela conciliação

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, se reuniu no sábado com representantes de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras para tratar das políticas ambientais do país. Uma comitiva de senadores está em Madri, na Espanha, representando o Legislativo na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25).

— Nossa tese é proteger o Brasil, as comunidades tradicionais, respeitar a legislação que existe hoje de proteção ao meio ambiente, porque estamos promovendo o bem-estar da humanidade, não só do Brasil. A tese da maioria do Parlamento é fazer as coisas respeitando a legislação — afirmou Davi.

Ele disse ainda que o debate sobre as políticas ambientais no Senado e na Câmara acontece em sintonia com a preservação das riquezas naturais e é pautado pela conciliação.

— O Parlamento brasileiro não vai, em hipótese alguma,



Randolfe (E), Davi (3º), Contarato (C) e Eliziane com ativistas na COP-25

em nenhum momento, sob a nossa liderança, se curvar a uma decisão unilateral do governo federal.

Nos últimos dez anos, apenas no Senado, foram aprovados mais de 65 projetos e propostas na área.

A COP-25 acontece até 13 de dezembro na capital espanhola e tem como objetivo debater as mudanças no clima e ações para a redução dos gases de efeito estufa no planeta.

— Este é um encontro que

trata das futuras gerações, mas que, a partir da nossa geração, garante a existência das próximas — acrescentou Davi.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AM) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) também participaram do encontro com o Greenpeace, o Instituto Clima e Sociedade, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Observatório do Clima.

Alvaro celebra fim de aposentadorias de governadores

Alvaro Dias (Podemos-PR) registrou ontem em Plenário a decisão do STF que anulou, na quinta-feira, todas as 12 aposentadorias vitalícias dos ex-governadores do Paraná e também das viúvas, de cerca de R\$ 30 mil mensais. A decisão, entretanto, não exige a devolução dos valores.

— São quase 29 anos desde que deixei o governo do Paraná. Se tivesse requerido essa aposentadoria, teria acumulado mais de R\$ 11 milhões. Não o fiz por uma questão de coerência e de respeito à população do meu estado.



Roque de São Agência Senado

Reguffe critica possível aumento do Fundo Eleitoral

Reguffe (Podemos-DF) criticou o aumento do Fundo Eleitoral, que cobrirá os gastos dos candidatos nas eleições de 2020. Um aumento de R\$ 1,7 bilhão foi incluído pelo relator-geral do projeto de Lei Orçamentária para 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), no relatório preliminar, apresentado à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Depois de aprovado na comissão, o texto ainda passará pela análise do Congresso.

— Não é algo razoável, principalmente o momento que o Brasil vive — disse o senador.



Roque de São Agência Senado

Paim cita lucro alto dos bancos com nova Previdência

Paulo Paim (PT-RS) citou estimativa da consultoria Mercer, baseada em estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que revela que, com a reforma da Previdência, os bancos deverão lucrar R\$ 480 bilhões em dez anos. Segundo o senador, os mais pobres, especialmente, serão obrigados a poupar parte do salário para garantir uma aposentadoria mais digna.

— A reforma da Previdência, segundo os cálculos que me foram apresentados, é um dos maiores desastres sociais incentivados e realizados pelo governo.



Roque de São Agência Senado

Comissão começa análise de 16 relatórios sobre despesas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) agendou reuniões hoje e amanhã para analisar os 16 relatórios setoriais sobre despesas em 2020. Também estão na pauta pareceres relacionados à proposta orçamentária (PLN 22/2019) e o parecer final sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Deve ser votado ainda o relatório sobre obras que ficarão bloqueadas e sem recursos públicos em 2020. O texto foi entregue antecipadamente na sexta-feira pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves.

Com Agência Câmara

Sessão comemora 50 anos de associação de desenvolvimento

O Plenário realizou ontem uma sessão especial para celebrar os 50 anos de atuação da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que a ABDE tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável do país nas dimensões

econômica e socioambiental. Para o presidente da ABDE, Perpétuo Socorro Cajazeiras, a associação é um projeto que tem como meta o desenvolvimento e suas variantes, como qualidade de vida, geração de emprego, distribuição de renda, incentivo e investimento em inovação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Direitos humanos

9h Debate sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e Defesa da Democracia.

CAE Responsabilidade fiscal

10h Na pauta, projeto assegurando que o Poder Executivo não será responsabilizado se as despesas com pessoal de outro Poder ultrapassarem os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

CCJ Segunda instância

10h Análise do projeto sobre prisão após condenação em segunda instância.

CCT/CAE Incentivo fiscal

10h Novo modelo de incentivos fiscais para empresas de tecnologia da informação.

MP 901/2019 Terras da União

10h Apreciação do relatório da MP que facilita transferências de terras da União para Roraima e Amapá.

CE Transporte

11h Comissão vota projeto que regulamenta apresentações em meios de transporte.

PLENÁRIO Comenda Zilda Arns

11h Entrega da Comenda Zilda Arns.

CONGRESSO Destaques e vetos

13h Apreciação de destaques aos vetos 35 e 44 de 2019 e projetos de créditos orçamentários.

CTFC Salário de professores

14h Debate de decisão do TCU que veda pagamento de salários de professores com recursos dos precatórios do Fundef.

PLENÁRIO PMs e bombeiros

14h Na pauta, projeto que trata de regulamentação disciplinar para PM e bombeiro.

CMO PPA e PLOA

14h30 Relatórios apresentados ao PPA 2020-2023 e ao PLOA de 2020.

CPMI FAKE NEWS Paulo Marinho

14h30 Depoimento do empresário Paulo Marinho, suplente do senador Flávio Bolsonaro.

MP 904/2019 DPVAT

14h30 Relatório da MP que extingue o seguro DPVAT.

MP 900/2019 Fundo ambiental

16h Audiência sobre a MP que cria fundo ambiental privado.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso deve concluir vetos e analisar créditos

Senadores e deputados vão votar itens barrados pelo presidente da República a textos aprovados e, em seguida, 25 projetos que liberam recursos para órgãos do governo, além de estados, DF e municípios

SENADO E CÂMARA se reúnem hoje em sessão conjunta para apreciar 2 vetos presidenciais que trancam a pauta. Em seguida, devem ser analisados 25 projetos de liberação de crédito.

O primeiro item da pauta de votações é o veto parcial que barrou alguns pontos do PL 5.029/2019, uma minirreforma partidária e eleitoral, sancionado em setembro como Lei

13.877. O texto aprovado teve 45 dispositivos barrados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. O Congresso já começou a apreciação desses vetos, mantendo a maioria deles, mas ainda há quatro não apreciados.

O segundo veto a ser discutido invalidou a preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações em caso de desastres ambien-

tais. A preferência na ordem de pagamento de indenização às marisqueiras estava prevista no PLC 47/2017, transformado na Lei 13.902.

Com a análise dos vetos, o Congresso fica liberado para votar os projetos de crédito para ministérios e órgãos do governo. O de maior valor destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar transferências a estados, DF e municípios (PLN 50/2019). O dinheiro será usado, por exemplo, para a adequação de um trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba (PI). Outro projeto que consta da pauta é o PLN 10/2019, que abre crédito de R\$ 5,4 bilhões para a Petrobras Netherlands, subsidiária holandesa da petroleira. O dinheiro será usado para a aquisição de bens destinados às atividades de pesquisa, entre outros.



Veto em pauta invalidou preferência a marisqueiras em indenizações

Debate cobra ação do Estado para proteger vulnerável

A ausência de políticas públicas para os segmentos mais vulneráveis e a presença do Estado apenas por meio de ações autoritárias foram as críticas feitas em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. O debate foi requerido pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), e abordou a morte de nove jovens na favela de Paraisópolis, em São Paulo, no dia 1º, após ação da polícia militar em um baile funk.

Para a defensora pública do Estado de São Paulo Viviane Del Grossi, o caso de Paraisópolis não foi uma tragédia, e sim, uma chacina anunciada.

— A ausência do poder público, de serviços básicos e de direitos essenciais alimentam a violência no Brasil, que é sistêmica. O Estado só chega para matar — disse.

Para Paim, o Brasil está errando em não colocar na pauta nacional a preocupação com os direitos dos que estão à margem da sociedade.

— A sociedade afaga uns, e desconhece outros — disse.

A coordenadora-geral de Cidadania e Alternativas Penais do Departamento Penitenciário Nacional, Susana Inês de Almeida, disse que faltam dados específicos para que a atuação seja mais eficiente na

reinserção social e até ações para que as pessoas não cheguem ao sistema carcerário.

A cada 19 horas uma pessoa LGBTI+ é assassinada, e a cada duas horas uma é vítima de agressão com requintes de crueldade no Brasil, destacou o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, Toni Reis.

Para o pesquisador do Observatório Racial do DF Denys Resende, faltam políticas de ações afirmativas dentro das empresas. Do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Carlos Alberto Ricardo Junior disse que há a necessidade de mudança de cultura e de mentalidade.

Arbitragem tributária é defendida em audiência

Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os debatedores apresentaram sugestões de aperfeiçoamento do projeto de lei que institui a arbitragem tributária e regulamenta a execução fiscal administrativa para cobrança de dívidas relacionadas a impostos como IPTU e IPVA. Para os especialistas, ambos os instrumentos podem aperfeiçoar o sistema brasileiro, desburocratizando e acelerando processos e diminuindo a judicialização dessas questões tributárias.

Em análise na CCJ após aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o PL 4.257/2019, do senador

Antonio Anastasia (PSDB-MG), altera a Lei das Execuções Fiscais para possibilitar o uso da negociação fora do campo judicial como alternativa para solução de conflitos sobre débitos inscritos em dívida ativa e regulamenta a execução fiscal administrativa extrajudicial.

Para Roberto Pasqualini, do Comitê Brasileiro de Arbitragem, o Brasil precisa de uma nova legislação para que seja introduzida e consolidada a arbitragem tributária. Segundo ele, há atualmente um montante de R\$ 5 trilhões em tributos que estão represados devido à judicialização tributária, somando mais de

30 milhões de processos em andamento. Esse contencioso tributário, afirmou Pasqualini, demora para ser resolvido, chegando, em alguns casos, a 15 anos para finalização.

O coordenador-geral de assuntos tributários da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Mário Carboni, disse que uma futura lei sobre o tema deve estipular os limites do juízo arbitral para evitar que suas decisões sejam questionadas em outras instâncias, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Para ele, os juízos arbitrais têm de ser proibidos de julgar contrariamente a decisões já pacificadas pelo STF.

Policiais e bombeiros podem ter regulamento disciplinar

O Plenário pode votar hoje o banimento da prisão disciplinar de PMs e bombeiros da legislação, a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) e ainda o projeto que proíbe a eliminação de cães, gatos e aves por órgãos de controle de zoonoses.

O PLC 148/2015, apresentado pelo senador Jorginho Mello (PL-SC) quando era deputado, acaba com os regulamentos disciplinares, estabelecidos pelo Decreto-Lei 667, de 1969, que determina que o controle disciplinar dos policiais militares e bombeiros deve se basear no Regulamento Disciplinar do Exército.

Pelo projeto, os estados e o DF terão 12 meses para

aprovar novos códigos de ética e disciplina, revogando os atuais regulamentos disciplinares.

O PLC 137/2017, que cria o Sinaes, prevê a integração entre os entes federativos e a sociedade civil para subsidiar a gestão de políticas voltadas ao setor em diferentes esferas. O relator é o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Já o PLC 17/2017, que proíbe a eliminação de cães, gatos e aves por órgãos de controle de zoonoses e canis públicos, tem como exceção a previsão de abate desses animais nos casos de doenças graves ou enfermidades infecto-contagiosas incuráveis, que ponham em risco a saúde humana e de outros animais.

Convidados pedem que ações afirmativas sejam cumpridas

Os debatedores ouvidos na sessão temática sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos realizada ontem em Plenário condenaram o que consideram violações aos direitos da população negra, cobraram o resgate da participação dos negros na História e defenderam o cumprimento das políticas de cotas no ensino superior e em concursos públicos. A sessão foi coordenada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), e o requerimento de reunião teve o apoio de outros 26 senadores.

Humberto Santos Júnior, da Ordem dos Advogados do Brasil, pediu união de esforços e respeito à Fundação Palmares nas demarcações de quilombos. Presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF, Mayara Ta-

chy considera que os negros seguem sofrendo com o racismo estrutural.

A CDH ouviu ainda as defensoras públicas Viviane Del Grossi e Rita de Oliveira, a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente, o diretor do LGBTI Grupo Dignidade, Toni Reis e o jornalista Tom Farias. Também participaram do debate os representantes do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, Makota Celinha; da ONU Mulheres, Ana Claudia Pereira; das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Antônio Crioulo; do Instituto de Pesquisas e Ensino Para o Desenvolvimento Social, Maria Aparecida de Laia, e da Universidade de Brasília (UnB), Deise Benedito.

Projetos sobre economia solidária são discutidos na BA

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fez ontem, na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador, a primeira reunião de um ciclo de debates sobre economia solidária. Proposto pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), o ciclo discute estratégias para dinamizar o setor.

Wagner destacou o PRS 49/2019, de sua autoria, que cria o Diploma Paul Singer para premiar iniciativas de economia solidária. Ele citou ainda a PEC 69/2019, também dele, que inclui a economia solidária entre os

princípios da ordem econômica previstos na Constituição, e o PLC 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária.

Superintendente de Economia Solidária do governo da Bahia, Milton Barbosa mencionou as condições que esse tipo de organização econômica dá para as pessoas se desenvolverem, com possibilidade de acesso a novas tecnologias. Segundo ele, além de necessário para incremento da economia, o sistema representa oportunidades concretas para todos os cidadãos.

Brasil busca solução contra violência de torcidas

O Congresso aprovou em outubro punições mais rígidas para agressões ligadas aos esportes, dentro e fora dos estádios, já sancionadas e incorporadas ao Estatuto do Torcedor

NELSON OLIVEIRA e ANA LUISA ARAÚJO (sob supervisão)

O CAMPEONATO BRASILEIRO de Futebol de 2019 não teve um desfecho melancólico apenas para o Cruzeiro, que terminou rebaixado à série B. A revolta dos cruzeirenses, reunidos em torcida única no estádio Mineirão no domingo, mostrou que o país falhou em estabelecer um padrão de convivência civilizada no ambiente do esporte. Diante do segundo gol do Palmeiras, parte do público passou a quebrar cadeiras e estourar rojões. A Polícia Militar usou bombas de efeito moral e balas de borracha.

As cenas de domingo foram a reprise ampliada da violência entre cruzeirenses e atletica-

nos no dia 10 de novembro, quando objetos atirados e um caso de injúria racial contra um segurança deram sequência a ameaças de morte ao jogador Thiago Neves, do Cruzeiro.

Com os socos e pontapés trocados em 7 de novembro por flamenguistas e botafoguenses, a invasão do centro de treinamento do Fluminense por torcedores em setembro e a perseguição de palmeirenses a companheiros por motivos fúteis, 2019 é um ano em que todas as torcidas perderam.

Os efetivamente envolvidos nas brigas estão sujeitos a enquadramento no artigo 41-B do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003): “Promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em

eventos esportivos”, cuja pena é reclusão de um a dois anos e multa. Entretanto, por falta de estatísticas, é difícil saber se a lei está sendo cumprida.

Em 2 de maio de 2014, no Recife, Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, morreu atingido por um vaso sanitário lançado próximo à entrada de visitantes do estádio do Arruda por torcedores do Sport. Os três responsáveis pela agressão foram condenados em 2015 a até 28 anos de prisão. Desde então, as mortes de torcedores tiveram uma leve queda e se mantiveram estáveis, na média de 12 por ano, até 2018. Em 2019 baixaram a três, de acordo com os números provisórios apurados pelo sociólogo Maurício Murad, da Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

Vôlei

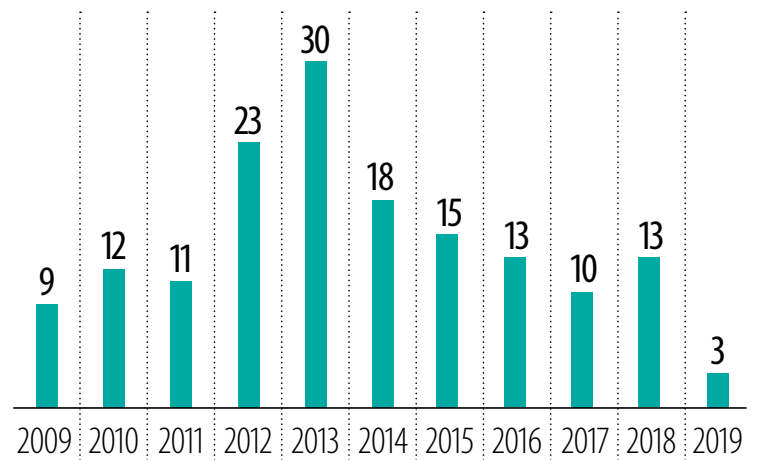
Se as mortes recuaram, a violência em geral não arrefeceu, segundo Murad, com o quadro de mazelas sociais e o aumento do consumo e do tráfico de drogas. Ultimamente, o pesquisador apurou também a influência de neonazistas.

No vôlei, esporte igualmente regido pelo Estatuto do Torcedor, a torcedora-símbolo do Cruzeiro, Maria Salomé da Silva, de 86 anos, foi envolvida em um tumulto de torcidas em 3 de dezembro, quando uma jovem de 15 anos foi ferida a pauladas. As ameaças a Thiago Neves e o ataque a Salomé, se caracterizados como ações de torcidas organizadas, já cabem nas punições recentemente incorporadas ao Estatuto do Torcedor pela Lei 13.912, de 2019: afastamento da torcida, seus associados ou membros, de eventos esportivos pelo prazo de até 5 anos. A regra anterior estabelecia impedimento por até 3 anos. O texto, do deputado Andre Moura (PSC-SE), foi aprovado pelo Senado em 30 de outubro e sancionado em 25 de novembro.

A punição a delitos que acontecem fora dos locais e horários de competição é outra novidade da lei. Cerca de 90% dos conflitos não têm lugar dentro dos estádios, segundo Murad. Em sua nova redação, o estatuto prevê como delitos, a invasão de locais de treinamento pelas organizadas; o confronto, ou induzimento ou auxílio a confronto, entre torcedores; e os atos praticados contra esportistas, competidores, árbitros, fiscais ou organizadores de eventos e jornalistas voltados à cobertura de competições esportivas,

Mortes de torcedores

Em 11 anos foram registradas 157 mortes em jogos das Séries A, B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol



Em 2019 houve **155 eventos violentos** nas 37 rodadas do Campeonato Brasileiro de Futebol, média de mais de 4 por rodada. **76%** dos casos de confronto e vandalismo estão relacionados ao consumo de álcool



Fonte: Pesquisas do programa de mestrado da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), coordenação Maurício Murad

O que mudou e o que pode mudar para coibir a violência de torcedores

Lei 13.912 /2019	
Como era	Como ficou
Torcida organizada que promovesse confusão, brigas ou invadisse áreas reservadas aos jogadores, ficava três anos proibida de comparecer a eventos esportivos	Afastamento pode chegar a cinco anos
Não havia punição para torcida que promovesse confusão e briga fora dos estádios	A torcida que promover confusão e briga em locais de treinamento ou brigar com outros torcedores, árbitros e atletas fora dos estádios poderá deixar de comparecer a eventos esportivos por até cinco anos
PL 3.788/2019	
Como é	Como pode ficar
Proibido o porte de bebidas, substâncias proibidas ou que facilitem atos de violência	Proibido portar ou fazer uso de bebidas alcoólicas, substâncias ilícitas ou que facilitem atos de violência
Em caso de ato violento, estar sob influência de álcool ou outras drogas não influenciava no tempo de pena	Estar sob a influência de álcool ou outras drogas fará aumentar a pena em um terço
Não era crime a venda de bebidas alcoólicas nos estádios e ginásios e outros locais de competições esportivas	Torna crime a venda de bebidas alcoólicas no interior de estádios e ginásios, com pena de reclusão de 2 a 4 anos, multa e impedimento de comparecer a eventos esportivos por 2 a 4 anos
Pena de 1 a 2 anos de reclusão e multa para quem praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos	Pena de 1 a 3 anos de reclusão e multa para quem praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos

mesmo que, no momento da agressão, não estejam atuando na competição.

O porte de bebida é proibido genericamente pelo Estatuto do Torcedor. O consumo é objeto de dúvida, se observado estritamente o que diz a lei.

Álcool

O artigo 13 do estatuto veda o porte de objetos, bebidas, substâncias proibidas ou capazes de causar danos. Ao falar apenas em “porte”, como condição para acesso e permanência no local da competição, está sujeito a interpretações. No vácuo jurídico, a partir de 2014, ano da Copa do Mundo, dez estados criaram leis estaduais para permitir a comercialização e a ingestão de bebidas alcoólicas: Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

A Lei Geral da Copa permitiu a venda de cerveja durante o campeonato, por exigência Fifa. Seis dessas leis estaduais estão sendo contestados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no Supremo Tribunal Federal. O argumento da PGR é que as assembleias legislativas e os governadores feriram a competência do Congresso para legislar sobre o tema, e ainda desrespeitaram o que diz o estatuto.

Para dirimir a questão, o senador Eduardo Girão

(Podemos-CE) apresentou projeto que proíbe terminantemente o consumo e a venda de bebidas alcoólicas em ocasiões esportivas. De acordo com Girão, “não se pode aguardar o julgamento de ações que estão adormecidas no Supremo”.

O PL 3.788/2019 aumenta — de no máximo dois, para no máximo três anos de reclusão — a pena aplicável a torcedores violentos, organizados ou não, que causarem confusão ou invadirem locais restritos. E amplia a punição em um terço caso o culpado esteja sob influência de álcool. O texto torna crime a venda de bebida alcoólica nos locais das competições.

Do total de 155 confrontos e vandalismos observados até a 35ª rodada do campeonato de 2019, 76% foram relacionados direta ou indiretamente ao consumo de álcool, segundo Murad. O especialista recomenda ao poder público aumentar as taxas de resoluibilidade de crimes, o que significa cumprir as leis. Segundo levantamento do sociólogo, a média histórica de punição no universo do futebol é de 3%.

Saiba Mais

Lei 13.912, de 2019
<http://bit.ly/Lei13912de2019>
Estatuto do Torcedor
<http://bit.ly/estatutodotorcedor>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania